

Brasília - DF, 25 de novembro de 2024.

Ilmos. Srs.

Diretores e Conselheiros da
Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC
CNPJ N  09.168.704/0001-42

Opinião

Examinamos as Demonstra es Contábeis da **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC** que compreendem o Balanço Patrimonial – **BP**; a Demonstra o do Resultado do Exercício – **DRE**; a Demonstra o dos Fluxos de Caixa – **DFC**; e a Demonstra o do Valor Adicionado – **DVA**; as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como as Notas Explicativas – **NE** relativas ao período equivalente ao **3  trimestre** do exercício financeiro do ano de 2024.

Em nossa opinião, as Demonstra es Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi o patrimonial e financeira da **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC** no 3  trimestre de 2024, o desempenho de suas opera es e os seus fluxos de caixa para o período findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, da **Lei N  6.404/76** (lei das sociedades por a es) , da **Lei N  4.320** (Normas gerais de direito financeiro), de 17 de março de 1964; das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – **NBC TSP**; e do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – **MCASP**.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na se o a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstra es Contábeis".

Somos independentes em rela o   Institui o, de acordo com os princípios  ticos relevantes previstos no Código de  tica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo

Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades  ticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida   suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstra es Contábeis

Nosso objetivo   o de obter segurança razoável de que as Demonstra es Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distor es relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável   um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distor es relevantes existentes.

As distor es podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econ micas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstra es Contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distor o relevante nas Demonstra es Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detec o de distor o relevante resultante de fraude   maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsifica o, omissão ou representa es falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Institui o.
- Avaliamos a adequa o das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulga es feitas pela administra o.
- Concluímos sobre a adequa o do uso, pela administra o, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em rela o a eventos ou condi es que possam levantar d vida significativa em rela o   capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar aten o em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulga es nas demonstra es contábeis ou incluir modifica o em nossa opinião, se as divulga es forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condi es futuras podem levar a Institui o a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresenta o geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstra es Contábeis, inclusive as divulga es e se as Demonstra es Contábeis representam as correspondentes transa es e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresenta o adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constata es significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declara o de que cumprimos com as exigências  ticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

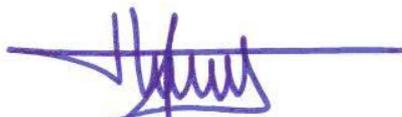
Responsabilidade da Administra o pelas Demonstra es contábeis

A administra o da **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC**   responsável pela elabora o e adequada apresenta o dessas Demonstra es Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor Público – **NBC TSP**, a Lei N  6.404/76 (lei das sociedades por a es) , a Lei N  4.320 (Normas gerais de direito financeiro), de 17 de março de 1964; o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – **MCASP** e pelos controles internos que ela determinou como necessários para emitir a elabora o de Demonstra es Contábeis livres de distor o relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elabora o das Demonstra es Contábeis, a administra o   responsável pela avalia o da capacidade de a Institui o continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elabora o das Demonstra es Contábeis, a não ser que a administra o pretenda liquidar a Institui o ou cessar suas opera es, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das opera es.

Os responsáveis pela governança da Institui o são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elabora o das Demonstra es Contábeis.

Atenciosamente,



Fabia Marques Braga.

CRC 013977/DF.

Metrópole Soluções Governamentais.

CRC: 001279

CRA: 1737

CREA: 16031



José Marcos Mota Bezerra Júnior.

CRC DF- 028585/O-8.

Metrópole Soluções Governamentais.

Responsável Técnica: Fábía Marques Braga – CRC 013977/DF – Auditora registrada no IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil sob número 5217 – COMPLIANCE FGV.

Ilmos. Srs.

Diretores e Conselheiros da

Empresa Brasil de Comunicação S.A – EBC

CNPJ Nº 09.168.704/0001-42

Relatório analítico de auditoria independente

Referente ao período do 3º trimestre de 2024

Em conformidade com NBCTA 700 e NBC TA 200

Sumário

1. Considerações Gerais.....	8
2. Contextualização Geral.....	9
3. Sobre a Entidade Auditada.....	9
4. Observância a legislação para elaboração das Demonstrações Contábeis.....	10
5. Procedimentos e metodologia dos trabalhos de Auditoria.....	11
5.1 Planejamento.....	11
5.2 Execução dos trabalhos.....	12
5.3 Emissão da Opinião e relatório.....	13
6. Sobre as Demonstrações Contábeis.....	14
7. Possíveis incertezas relevantes relacionadas com a continuidade operacional.....	15
7.1 Dependência orçamentária.....	16
8. Assuntos de auditoria.....	17
8.1. Caixa e Equivalente de caixa.....	17
8.1.1 Aplicações financeiras.....	17
8.1.2 Recursos Liberados pelo Tesouro Nacional.....	18
8.2 Créditos a Curto Prazo.....	19
8.2.1 Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD.....	21
8.3 Adiantamentos concedidos a pessoal.....	22
8.4 Tributos a Recuperar/compensar.....	24
8.4.1 CSLL a Compensar.....	24
8.5 Outros créditos a receber.....	25
8.5.1 Cessão de Pessoal.....	27
8.6 Estoques.....	28
8.6.1 Almoxxarifados e Outros Estoques.....	28
8.7. Realizável a Longo Prazo.....	29
8.7.1 Clientes - Duplicatas a Receber.....	29
8.7.2 Depósitos para Interposição de Recursos.....	31
8.8 Investimentos.....	32
8.8.1 Participações em Fundos.....	32
8.9 Ativo Imobilizado.....	33
8.9.1 Depreciação acumulada.....	34
8.9.2 Teste de Recuperabilidade.....	34
8.10 Salários, Remunerações e benefícios.....	35
8.11 Obrigações tributárias.....	36
8.11.1 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços de transporte interestadual e intermunicipal – ICMS.....	37
8.11.2 Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN.....	37
8.11.3 PASEP e COFINS.....	38
8.12 Provisões a curto prazo.....	40
8.14 Depósitos para Veículos dos Serviços de Publicidade Legal e Outros.....	40
8.15 Transferências Financeiras a Comprovar - TED.....	41
8.16 Obrigações a longo prazo (Contrato de Gestão nº 17/2009).....	41
9. Outros assuntos do Relatório de auditoria.....	42
9.1 Obrigações fiscais acessórias.....	42
9.2 Conferência de retenções.....	43
9.3 Comparativo de Receitas.....	43
9.4 Controles internos.....	43
9.5 Atas das Assembleias.....	43
9.6 Relação Nominal de Servidores, Jovens Aprendizes e Estagiários.....	43
9.7 Incorporações de Bens.....	43
9.8 Parcelamentos contraídos.....	44
9.9 Ativos mantidos para venda ou propriedades para investimento.....	44
10. Encerramento.....	44

1. Considera es Gerais

Este Relatório de Auditoria visa apresentar nossas metodologias, procedimentos e premissas consideradas em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria.

Nosso objetivo, através deste Relatório,   apresentar um trabalho no qual obtivemos evidências apropriadas e suficientes para expressar nossa conclusão, de forma a aumentar o grau de confiança dos usuários previstos sobre o resultado da mensura o ou avalia o do objeto, de acordo com os critérios que sejam aplicáveis no parágrafo **"Observância a legisla o para elabora o das Demonstra es contábeis"**.

A **Metrópole Solu es Governamentais** não se responsabiliza de atualizar este Relatório para eventos e circunstâncias que ocorram após a sua Data Base.

Nós, da **Metrópole Solu es Governamentais** declaramos total independência para realiza o deste trabalho, em conformidade com as Normas Brasileiras de Trabalhos de Auditoria – **NBC TA** aprovadas pelo Comit  de Pronunciamentos Contábeis – **CPC**.

Nossas análises foram realizadas com base em elementos que são razoavelmente esperados, portanto, não levam em considera o possíveis eventos extraordinários e imprevisíveis.

Ilmos. Srs.

Diretores, Conselheiros e demais gestores da

Empresa Brasil de Comunica o S.A - EBC

CNPJ n  09.168.704/0001-42

Relatório Circunstanciado

referente ao 3  trimestre do exercício financeiro de 2024

2. Contextualiza o Geral

Examinamos as Demonstra es Contábeis da **Empresa Brasil de Comunica o S.A - EBC**, que compreendem o período do 3  trimestre do exercício financeiro de 2024 e os demais relatórios gerenciais, Contábeis e Financeiros.

Este relatório foi construído com conteúdo didático e customizado, que se aplica   natureza jurídica desta Institui o, e, portanto, torna-se o instrumento de referência sobre a forma o da nossa Opinião que será expressa no Parecer de Auditoria.

3. Sobre a Entidade Auditada

A **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC**,   uma empresa pública, organizada sob a forma de sociedade an nima de capital fechado, vinculada   Secretaria de Governo da Presidência da República, por meio da Secretaria Especial de Comunica o Social, e   regida por seu Estatuto, pela **Lei n  11.652**, de 7 de abril de 2008, pela **Lei n  13.303**, de 30 de junho de 2016, pela **Lei n  6.404**, de 15 de dezembro de 1976, pelo **Decreto n  8.945**, de 27 de dezembro de 2016 e pelas demais normas de direito aplicáveis.

Em conexão com seu Art. 4  do Estatuto Social, a **Empresa Brasil de Comunica o S.A - EBC**, tem por finalidade a presta o de serviços de radiodifusão pública e serviços conexos, observados os princípios, objetivos e competências estabelecidos na **Lei n  11.652**, de 7 de abril de 2008.

A empresa cumpre sua fun o de prestadora de serviços e contribui para o objetivo de ampliar o debate público sobre temas nacionais e internacionais, de fomentar a constru o da cidadania, com uma programa o educativa, inclusiva, artística, cultural, informativa, científica e de interesse público, com foco no cidadão.

4. Observância a legisla o para elabora o das Demonstra es Contábeis

As Demonstra es Contábeis da **Empresa Brasil de Comunica o S.A - EBC** são elaboradas trimestralmente durante a vigência de seu Exercício Social, e sobre a aplicável ao 3  trimestre do ano de 2024, apresentamos este Relatório que fundamenta nossa Opinião.

Suas Demonstra es Contábeis devem ser elaboradas em observância principalmente aos preceitos da **Lei n  6.404** (Lei das Sociedades An nimas), de 15 de dezembro de 1976, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC e de acordo com o que rege a **Lei 13.303/16** (estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios), já que a mesma foi constituída na forma de empresa por a es de capital fechado.

Como a **EBC** recebe do seu ente controlador recursos para manuten o de suas Despesas com Pessoal; Despesas com Custeio ou Despesas de Capital, a mesma se enquadra no conceito de entidade controlada dependente, e por tanto se submete as prerrogativas da **Lei complementar N  101** (Lei de responsabilidade fiscal - LRF), de 4 de maio de 2000, assim como, aos pressupostos da Lei No 4.320 (Normas gerais de direito financeiro), de 17 de março de 1964.

Tais recursos são liberados pelo Tesouro Nacional e hoje compõem um montante de **R\$ 35.775.544,69** (trinta e cinco milhões, setecentos e setenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e sessenta e nove centavos) referente ao primeiro trimestre de 2024 que correspondem ao recebimento de recursos financeiros vinculados ao limite de saque da Conta única do Tesouro Nacional, que se destinam ao pagamento de despesas com pessoal, fornecimento de bens/serviços e investimentos.

Ressalta-se que as empresas estatais dependentes estão abrangidas no conceito de entidades do setor público, devendo assim aplicar as normas estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicado

ao Setor Público – **MCASP** de maneira obrigatória, assim como por determina o dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e cong neres.

Diante o exposto,   possível afirmar que o Critério Técnico aplicável para análise das Demonstra es Contábeis encontra-se devidamente consolidado para fins de aplica o de testes com o objetivo de obter evidências suficientes e adequadas para basear esta opinião de auditoria e desse modo, tais Demonstra es apresentadas pela **Empresa Brasil de Comunica o S.A - EBC** seguem as observa es dessa Estrutura, assim como os demais Preceitos Legais citados neste relatório.

5. Procedimentos e metodologia dos trabalhos de Auditoria

5.1 Planejamento

Em conformidade com a **NBC TA 200 (R1)** – “Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condu o da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria”, foi verificado se o objeto da auditoria era apropriado, por meio da análise de todos os elementos de controle do patrim nio administrado e foi possível constatar que estavam.

Em seguida, foi definida a estratégia global de acordo com a **NBC TA 300 (R1)** – Planejamento da Auditoria das Demonstra es Contábeis, por meio do qual, foi identificado a forma de emissão do relatório na forma de opinião de auditoria de acordo com a **NBC TA 700 – Forma o da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente** sobre as Demonstra es Contábeis; tal qual, também foram compreendidos os objetivos da auditoria de acordo com a **NBC TA 200 (R1)** por meio de consultas institucionais com a equipe da **Empresa Brasil de Comunica o S.A - EBC** que esclareceu situa es específicas da entidade e respondeu aos quesitos levantados pela auditoria.

Foram também realizados:

- a) o processo de verifica o da Materialidade na forma contínua aos Trabalhos, por meio da análise crítica do objeto da auditoria, definindo os tipos de distor es que poderiam ser aceitáveis, a fim de emitir opinião sem modifica o, e das distor es que seriam consideradas relevantes, que baseiam a emissão de opinião modificada conforme **NBC TA 320 (R1) - Materialidade no Planejamento e na Execu o da Auditoria**.

- b) a análise de risco por meio da elaboração da matriz de risco da Companhia, assim como para a base dos mapeamentos dos processos e classificação dos riscos conforme **NBC TA 200 (R1)** - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria.
- c) a seleção de itens a serem examinados no universo do escopo dos trabalhos, por meio de método probabilístico de coleta de amostra. Esclarecendo ainda que alguns itens não serão realizados testes por amostragens, e sim em toda população conforme **NBC TA 530** – Amostragem em Auditoria.

Sendo assim,   possível afirmar que a equipe de auditoria realizou a elaboração do Plano de Trabalho com vistas a análise dos métodos de execução dos trabalhos, do modelo do relatório financeiro aplicável e dos critérios técnicos conforme preconiza a **NBC TA 300 (R1)** – Planejamento da Auditoria das Demonstrações Contábeis.

Pontuamos que ambas as partes envolvidas na elaboração deste relatório estão cientes de suas atribuições, e que foram cumpridos todos os aspectos relacionados a concordância com os Termos de trabalho da **NBC TA 210**.

5.2 Execução dos trabalhos

Esta equipe de auditoria realizou a execução dos trabalhos de auditoria para obtenção de evidencias por meio de procedimentos substantivos e testes de observância em conformidade com a **NBC TA 500** – Evidência de Auditoria e **NBC TA 520** – Procedimentos Analíticos pela aplicação de procedimentos substantivos por meio de técnicas executadas na forma de testes a serem descritos em conjunto com os assuntos de auditoria presentes no escopo, tais procedimentos estão correlacionados a **NBC TA 700** – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, assim como pelas demais **NBC TAs** aplicáveis.

Foram realizadas todas as análises de suficiência e adequação em conjunto dos papéis de trabalho elaborados, procedimentos de execução dos trabalhos, para determinação da necessidade de teste suplementares e novos procedimentos conforme a **NBC TA 220**, **NBC TA 500 (R1)** – Evidência de Auditoria e **NBC TA 520** - Procedimentos Analíticos.

Ressalta-se que as evidências de auditoria coletadas nesta fase dos trabalhos, estão de acordo com a **NBC TA 500 (R1)** e **NBC TA 501**, assim como incluem informa es contidas nos registros contábeis subjacentes às Demonstra es Contábeis e outras informa es, além dos Procedimentos de Auditoria que foram aplicados.

5.3 Emissão da Opinião e relatório

Baseados nos trabalhos realizados na forma de procedimentos de auditoria em documentos e dos testes aplicados, por meio das técnicas que utilizamos, **obtivemos evidência de auditoria** suficiente para uma **conclusão** quanto ao cumprimento do **objetivo global** da auditoria.

Considerando os critérios atribuídos a **NBC TA 700** - Forma o da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstra es Contábeis;

Considerando os critérios atribuídos a **NBC TA 701** – Comunica o dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente;

Considerando os critérios atribuídos a **NBC TA 706** – Parágrafos de ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos de Auditoria ao Relatório do Auditor Independente;

Considerando o Planejamento de Auditoria e as normas que regem esta etapa dos trabalhos;

Considerando a execu o dos trabalhos e Procedimentos de Auditoria aplicados e as normas que regem esta etapa dos trabalhos;

Considerando documenta o auditada e as normas que regem esta etapa dos trabalhos;

Considerando as evidências de auditoria obtidas e as normas que regem esta etapa dos trabalhos;

  possível concluir que os procedimentos realizados para embasar este Relatório de Auditoria nos d  o registro suficiente e apropriado para o embasamento do nosso Relatório.

Assim sendo, submetemos   vossa aprecia o **recomenda es** desta Auditoria objetivando fortalecer ainda mais as rotinas de controle interno.

Ressalta-se ainda que estes trabalhos cumprem com os critérios de Gestão de qualidade da Auditoria de Demonstra es Contábeis regidas pela **NBC TA 220**.

6. Sobre as Demonstra es Contábeis

O objetivo das Demonstra es Contábeis   o de proporcionar informa o acerca da posi o patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da **Empresa Brasil de Comunica o S.A - EBC** que seja útil a muitos usuários da informa o em suas avalia es e tomada de decisões econ micas e financeiras.

As Demonstra es Contábeis têm também objetivado apresentar os resultados da atua o da administra o em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados.

Foram apresentadas a esta auditoria as seguintes Demonstra es Contábeis:

- a) Balanço Patrimonial – **BP**;
- b) Demonstra o do Resultado do Exercício – **DRE**;
- c) Demonstra o das Muta es do Patrim nio Líquido – **DMPL**;
- d) Demonstra o do Fluxo de Caixa – **DFC**;
- e) Demonstra o de valor Adicionado – **DVA**;
- f) Notas Explicativas – **NE**.

Ressalta-se que não foram objeto desta auditoria a análise das Demonstra es elencadas na **Lei N  4.320/1964**, que correspondem ao Balanço Orçamentário – **BO**; ao Balanço Financeiro – **BF**; e a Demonstra o de Varia es Patrimoniais – **DVP**, devido ao fato de que seu Estatuto determina a aplicabilidade de auditoria independente para atendimento as normas da Comissão de Valores Mobiliários – **CVM** e a Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por A es), fato este que não impede esta auditoria de solicitar tais demonstra es em auditorias futuras, a fim de verificar a concilia o das mesmas.

7. Possíveis incertezas relevantes relacionadas com a continuidade operacional

Por meio desse t pico, chamamos a aten o dos usuários para a **Nota Explicativa 20.3.1** e o registro de Prejuízo no Período no valor de **R\$ 40.203.083,41**, (quarenta milhões, duzentos e três mil, oitenta e três reais e quarenta e um centavos).

Assim como, chamamos a aten o a contabiliza o de despesas/receitas a título de Ajustes de Exercícios Anteriores, que resultaram a escritura o do valor em Negativo no patrim nio líquido da entidade referente ao valor de **R\$ 2.211.744,22**; (dois milhões, duzentos e onze mil, setecentos e quarenta e quatro reais e vinte e dois centavos) na **Nota Explicativa 20.5**.

Tais informaçoes devem ser observadas durante o exercício financeiro de 2024 nas Demonstra oes Contábeis, que deve divulgar os assuntos relacionados às incertezas que possam advir desses resultados.

Declaramos que esses eventos, em condi oes normais, podem apontar indícios de incertezas relevantes e possuem a possibilidade de levantar d vida significativa quanto   capacidade de continuidade operacional em período futuro, referente as opera oes da **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC**, e desse modo havíamos recomendado no último trimestre que as **Notas Explicativas** descrevessem os eventos ou condi oes que geram esse resultado na empresa em suas respectivas Notas Explicativa, sendo que a **Nota Explicativa 20.3** foi elaborada na forma sugerida.

Pontuamos que a opinião do auditor não está ressaltada em rela o a essa questão, pois, ainda que os resultados da entidade pudessem pressupor preocupa o a respeito de sua continuidade operacional, deve-se levar em considera o fatores inerentes a **EBC** que se diferem de outras empresas, tais como:

- a) O aporte adquirido de seu ente controlador pelo repasse orçamentário;
- b) As reservas já constituídas no patrim nio líquido, não ficando este a descoberto;
- c) Pelo já evidenciado pela empresa em eventos subsequentes as informaçoes contábeis do exercício de 2023.

Diante o exposto,   possível concluir que mesmo havendo possíveis incertezas relacionadas com a continuidade operacional da **EBC**, a m s   consideravelmente dirimida por fatores específicos relacionados a sua figura como ente público.

7.1 Dependência orçamentária

Atualmente a manuten o da **EBC** está baseada na sua dependência ao seu ente controlador de acordo com o que preconiza a Lei 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de responsabilidade fiscal), como   possível observar em sua composi o de varia es patrimoniais aumentarias, o que equivale a sua receita do período.

Composi o das varia es patrimoniais aumentativas

Composi�o da Varia�es	Valores
Impostos e taxas	R\$ 45,41
Receita de vendas e serviços	R\$ 40.364.372,86
Receitas financeiras	R\$ 23.378.315,77
Valoriza�o de ativos e desincorpora�o de passivo	R\$ 3.364.681,66
Receitas orçamentárias	R\$ 448.040.316,02
Outras varia�es patrimoniais aumentativas	R\$ 14.165.973,89
Total de varia�es aumentativas	R\$ 529.313.705,61
Pessoal e encargos	R\$ 371.264.827,42
Despesas Sociais e previdenciárias	R\$ 20.726.219,86
Uso de bens e serviços (consumo)	R\$ 134.225.832,06
Despesas financeiras	R\$ 752.794,39
transferências e delega�es	R\$ 23.395.869,62
Desvaloriza�o de ativos e incorpora�o de passivo	R\$ 9.865.900,52
Despesas tributárias	R\$ 7.327.738,25
Outras varia�es patrimoniais diminutivas	R\$ 1.957.606,90
Total de varia�es diminutivas	R\$ 569.516.789,02
Déficit	R\$ 40.203.083,41

Pontuamos que as despesas com pessoal correspondem a **65%** (sessenta e cinco por cento) da composi o das despesas da institui o.

Desse modo, tal fato deve ser observado pela companhia, pois, ainda que se tenha segurança razoável de que o aporte orçamentário do ente controlador venha a dirimir os riscos relacionados a liquida o de suas obriga es, deve-se considerar que uma entidade deve conseguir por meios próprios manter sua capacidade financeira assegurada por si mesma para que sua continuidade operacional seja assegurada razoavelmente.

8. Assuntos de auditoria

Este item evidenciar  assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria das Demonstra es Contábeis do 3  trimestre de 2024 conforme **NBC TA 706**.

Os principais assuntos de auditoria são selecionados entre os assuntos já comunicados aos responsáveis pela governança.

8.1. Caixa e Equivalente de caixa

Foram analisadas as contas que compreendem o somatório dos valores e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimenta o para aplica o nas opera es da **Empresa Brasil de Comunica o S.A - EBC** e para os quais não haja restri es para uso imediato.

8.1.1 Aplica es financeiras

Primeiramente, foram aplicados testes nas composi es dos valores de aplica es financeiras referentes aos recursos originários das receitas próprias da **Empresa Brasil de Comunica o S.A - EBC**, acrescidos dos respectivos rendimentos, na Conta única do Tesouro Nacional, conforme disciplina o Art. 5 -A da Medida Provisória n  2.170-36/2001, alterado pelo Art. 12, da Lei n  12.833, de 2013.

Disponibilidade	Saldo Contábil	Saldo Extrato	Diferença
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	R\$ 260.715.107,74	R\$ 260.715.107,74	R\$ 0,00

Ressalta-se que também foi verificada a disponibilidade de recursos na conta Radiobrás CTA Agência 1607-1, Conta 333115-6, porém a mesma não possuía grau de materialidade suficiente a fim de compor análise mais aprofundada.

Confrontamos os saldos dos documentos comprobatórios com os saldos contábeis em 31 de março de 2024 e os mesmos estão devidamente conciliados.

8.1.2 Recursos Liberados pelo Tesouro Nacional

Foi analisada a rubrica contábil que compreende o recebimento de recursos financeiros vinculados ao limite de saque da Conta única do Tesouro Nacional, cuja destina o está relacionada as despesas com pessoal, fornecimento de bens/serviços e investimentos da **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC**.

A Conta única do Tesouro Nacional   um instrumento de controle de caixa, pelo qual as receitas e despesas de entidades públicas são geridas sob custódia do Banco Central, de acordo com a instru o normativa número 4 de 2004 da Secretaria do Tesouro Nacional:

Art. 15. O limite de saque total da Unidade Gestora nunca poderá ser maior do que o limite de saque autorizado   Conta única do Tesouro Nacional em vincula o de pagamento específica definida pelo  rg o Central do Sistema de Administra o Financeira.

Pontuamos que o valor está registrado como caixa e equivalente de caixa com liquidez imediata, e ainda que sejam recursos disponíveis de utiliza o, há a limita o de saque para utiliza o plena desses recursos da conta única do Tesouro Nacional, sendo assim, acreditamos que essa opera o deveria ser evidenciada quanto a limita o para aplica o dos gastos, pela escritura o desses valores em rubrica contábil denominada "**Depósitos restituíveis e valores vinculados**", com o título "**Valores Vinculados aos Recursos da Conta única do Tesouro Nacional**".

A rubrica "Depósitos restituíveis e valores vinculados" visa evidenciar os valores de depósitos efetuados pela/para a entidade referente ao direito de uso, e demais recursos vinculados, podendo ser realizáveis no curto ou no longo prazo, mas constituem menor grau de liquidez do que uma conta de caixa e equivalentes.

Tal entendimento já foi objeto de recomenda o dessa equipe de auditoria, que recebeu da equipe técnica responsável da **EBC** a declara o de que o plano de contas aprovado pela **CEAF** não possui flexibilidade para melhoria da evidencia o em rela o ao grau de liquidez da conta para fins de reclassifica o.

Ressalta-se que para manter os critérios de um ativo, conforme preconiza as normas contábeis e evidenciar o controle sobre o bem do ativo, a **EBC** faz o registro da rubrica pelo limite de saque com vincula o da conta, como   possível evidenciar abaixo:

Descri�o	Valor
Total com ISF F - Financeiro (PG OFSS)	R\$ 20.554.774,48
Total com ISF F - Financeiro (Ordem PG OGSS)	R\$ 21.697.115,40
Soma dos saldos	R\$ 42.251.889,88
Total do valor escriturado	R\$ 42.251.889,88
Diferença	R\$ 0,00

Desse modo,   possível concluir quanto a correta escritura o da conta, ainda que o valor não constitua o grau de liquidez máximo das contas disponíveis, tendo em vista que nem sempre há como o balanço patrimonial evidenciar aspectos orçamentários e patrimoniais em sua estrutura de patrim nio, pois não dispõe da estrutura de gestão contábil da **Lei 4.320/64** ou o Plano de contas Aplicado ao Setor Público-**PCASP**.

8.2 Créditos a Curto Prazo

Foram analisados os valores a receber decorrentes da atividade fim da **Empresa Brasil de Comunica o S.A - EBC**, assim como os itens principais das contas realizáveis em até 12 meses da data das demonstra es, referentes aos débitos dos clientes dos serviços de comunica o e de publicidade legal.

Aplicamos procedimentos substantivos, na forma de revisão análitica de documentos, nos relatórios de controles de títulos pendentes de pagamentos que descrevem os serviços já faturados, ou seja, já constam como prestados (Notas Fiscais emitidas), contendo a data de vencimento para pagamentos e o saldo a receber, onde foi confirmado junto aos informes bancários e demais

documentos financeiros a realização desses valores, sendo por conseqüente, possível atestar a validade da rubrica.

Nos relatórios de auditoria anteriores, recomendamos que a EBC verificasse nos contratos firmados para execução dos serviços se há cláusula de aplicação de penalidade por atraso, e se sim, que sejam construídos ganhos sobre o valor de atualização dos recebíveis,

Em resposta oficial, a EBC esclarece que:

"informamos que a minuta padrão do contrato de prestação de serviço de distribuição de publicidade legal, aprovada através do Parecer Jurídico Referencial n  01/2016/CONJU/EBC, não prevê explicitamente cláusula punitiva ao contratante por inadimplência de pagamento Cabe esclarecer, ainda, que na prestação do serviço de distribuição de publicidade legal, a EBC atua como agência de publicidade, sendo remunerada através do "desconto-padrão/comissão de agência", que corresponde a 20% do valor da publicação cobrado pelo veículo). Na prática, o credor   o veículo onde ocorreu a publicação e o devedor   o anunciante (contratante).   EBC cabe o papel de intermediadora operacional entre essas duas partes.

Assim sendo, não foram identificadas cláusulas de aplicação de penalidade por atraso nos contratos vigentes, referentes aos contratos de prestação de serviços no âmbito da SUSEC e como a EBC, neste caso representada pela SUSEC, atua como CONTRATADA para a prestação de serviços, recebendo os instrumentos contratuais elaborados pelos órgãos contratantes, sem haver a imposição de cláusula que trate da aplicação de penalidades em caso de atraso.

Pontuamos também que não foram identificadas constituições na conta relacionados a juros de mora ou multas por atraso nos relatórios de controle com vistas a manter o valor atualizado, e assim sendo, recomendamos que a **EBC** evidencie a descrição dos montantes não relacionados nos relatórios de Notas fiscais pendentes de recebimento na posição de 30/09/2024 correlacionados aos serviços de publicidade legal e serviços de comunicação.

Em Resposta institucional sobre nossa recomendação, a EBC informa que:

"A Gerência de Contabilidade está trabalhando na análise desta conta contábil. Contudo, cabe registrar que se trata de uma análise complexa, com um volume bastante denso, tornando-se,

assim, imprescindível que a execução do trabalho seja realizada de forma gradativa e criteriosa.

Sobre a referida análise cabem os seguintes comentários:"

"1 – O saldo contábil apontado na referida conta compõe-se de cerca de 631 contas-correntes (Unidades Gestoras – UGs e CNPJs), com expressiva quantidade de lançamentos, cerca de 3916 lançamentos mensais (média de janeiro a agosto de 2024), inclusive com valores originários da incorporação da RADIOBRÁS (2008)".

"2 – Existem  rg os que possuem mais de 10 (dez) Unidades Gestoras – UG's que, em alguns casos, a emissão da fatura   contra um CNPJ (que corresponde a uma determinada UG) e o recebimento (pagamento pelo órgão)   feito por meio de outra UG, fato que dificulta a conciliação e baixa da fatura".

"3 - Em função da ausência de concurso público, atualmente a Contabilidade encontra-se com reduzido quadro de pessoal, fato que dificulta a disponibilização de colaboradores em tempo integral para esse serviço, haja vista que existem outras atividades prioritárias na área que se sobrepõem. Diante disso, a análise vem sendo realizada de forma gradativa".

Diante do acima exposto, estamos trabalhando para que o saneamento desta conta ocorra na maior brevidade possível.

8.2.1 Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

Foram analisadas as contas patrimoniais que registram os ajustes de perdas estimadas com o não recebimento de valores referentes a créditos e valores a curto prazo, por inadimplência de terceiros e outras situações relacionadas a atividade operacional da **Empresa Brasil de Comunicação S.A – EBC**.

Pontuamos que a **EBC** opta pela não constituição de **PECLD** a curto prazo, tendo em vista aspectos específicos de seus clientes, que em sua maioria são constituídos por entidades da Administração Pública Federal direta ou indireta, e que, devido a seus tramites orçamentários e legais possuem maior ciclo de execução de liquidações e pagamentos, porém, após findos tais tramites, há certeza razoável sobre a quitação dos seus débitos.

Os procedimentos substantivos de auditoria que foram realizados consistiam na análise dos relatórios da **EBC** sobre as Perdas Estimadas de Crédito de Liquida o Duvidosas – **PECLD** relacionadas as opera es de longo prazo, registrados no ativo não circulante e as respectivas atualiza es monetárias desses itens.

O confronto entre os saldos registrados nos relatórios com os saldos nas Demonstra es contábeis evidenciou uma atualiza o por corre o monetária no montante de **R\$ 668.344,07** (seiscentos e sessenta e oito mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sete centavos) na data corte de 30/09/2024, como   possível evidenciar a seguir:

Descri�o de rubricas judicializadas	Nfs emitidas	Valor da Nota Fiscal	Valor do saldo pendente
PECLD serviços de comunica�o	54	R\$ 619.067,62	R\$ 618.332,62
PECLD publicidade legal	1548	R\$ 628.573,42	R\$ 628.550,40
Valor nominal nos relatórios	1602		R\$ 1.246.883,02
Atualiza�o corrente			R\$ 668.344,07
Total da rubrica			R\$ 1.915.227,09
Valor escriturado			R\$ 1.915.227,09
Divergência			R\$ 0,00

Diante o exposto,   possível atestar que os valores evidenciados nessa rubrica se encontram ajustados a valor presente e escriturados com o valor realizável para fins de liquida o e recebimento do direito relacionado.

Durante a auditoria do trimestre anterior, recomendamos que a **EBC** evidencie em Notas Explicativa a descri o dos montantes nos relatórios de **PECLD** – publicidade legal – judicial e **PECLD** – serviços de comunica o na posi o de 30/09/2024 informando o valor histórico e suas respectivas atualiza es para fins de publicidade da informa o, onde pudemos verificar que a **PECDL** de longo prazo (notas fiscais judicializadas), registradas no ativo não circulante, foi evidenciada em nota explicativa, Nota 8.1, na forma sugerida.

8.3 Adiantamentos concedidos a pessoal

Foi objeto dessa auditoria a verifica o da rubrica relacionada as antecipa es concedidas a pessoal, tais como antecipa es de salários e ordenados, adiantamentos de 13  salário,

adiantamentos de férias e outros, e ainda, quando aplicável, a terceiros, incluídos os adiantamentos a fornecedores.

Os adiantamentos estão relacionados a EBC sobre a folha de pessoal e seu suprimento de fundos.

Sobre os adiantamentos, foram revistos a exigência da clausula 6  do Acordo Coletivo de Trabalho cuja vigência abarca o período de 1  de novembro de 2022 a 31 de outubro de 2024, e como data-base da categoria para 1  de novembro.

A EBC adiantará a todos os empregados 50% (cinquenta por cento) do 13  salário na folha de fevereiro, exceto quando houver manifesta o contrária formal do empregado.

A rubrica de adiantamento a pessoal corresponde ao montante de **R\$ 11.540.224,13** (onze milhões, quinhentos e quarenta mil, duzentos e vinte e quatro reais e treze centavos), e obedece aos critérios de evidenciac o apresentados abaixo:

Data	Adiantamento de 13 salário
2019	R\$ 9.936,74
2020	R\$ 10.981,18
2021/22	R\$ 30.823,83
2024	R\$ 11.464.712,67
Total	R\$ 11.516.454,42
Data	Adiantamento de férias
set/24	R\$ 23.769,71
Total	R\$ 11.540.224,13
Total escriturado	R\$ 11.540.224,13
Divergência	R\$ 0,00

Dito isso,   possível afirmar que a constitui o de adiantamentos com pessoal vem adotando base legal legítima, assim como o critério contábil adequado, para evidenciac o dos direitos relacionados.

Pontuamos que não foi objeto de auditoria nesse trimestre a confirma o dos saldos e demais critérios relacionados a rubrica "Suprimento de Fundos" referente ao montante de **R\$ 75.028,59** (setenta e cinco mil, vinte e oito reais e cinquenta e nove centavos), mas que será para os próximos

trimestres, que visará a confirma o do comprimento da disciplina legal constituída pela Norma de Suprimento de Fundos – **NOR 221**, ou outra que a vier substituir.

8.4 Tributos a Recuperar/compensar

Foram analisadas as contas patrimoniais que compreendem o somatório dos valores dos direitos referentes aos tributos a recuperar ou compensar.

Considerando os pronunciamentos técnicos contábeis **NBC TG 32-** Tributos sobre o Lucro; **NBC TSP 00** – Estrutura Conceitual; **NBC TSP 03** – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes Provisões; foram verificados a composi o dos registros dos valores de **IRRF a Compensar; IR E CSLL a Compensar; COFINS a Recuperar/Compensar e PIS/PASEP a Recuperar/Compensar.**

O detalhamento dos tributos em que foram realizados testes de auditoria, será detalhado nos subitens que se seguem.

8.4.1 CSLL a Compensar

Foi analisada a sistemática de tributa o referente a Contribui o Social Sobre o Lucro Líquido – **CSLL** e seu registro em escritura o formal contábil.

Referente a essa contribui o, vale destacar que se aplicam a ela no que couberem, as disposi es da legisla o do imposto sobre a renda referentes   administra o, ao lançamento,   consulta,   cobrança, às penalidades, às garantias e ao processo administrativo, mantidas a base de cáculo e as alíquotas previstas na legisla o da referida contribui o conforme **Lei n  7.689**, de 1988, art. 6 , e **Lei n  8.981**, de 1995, art. 57.

A **CSLL**   o resultado contábil do período ajustado pelas adi es determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensa es de base de cáculo negativa até o limite definido em legisla o específica vigente   época da ocorrência dos fatos geradores conforme **Lei n  7.689**, de 1988, art. 2 , e altera es posteriores.

Por meio de procedimentos de auditoria executados, foi possível atestar quanto da integralidade da rubrica contábil, quanto aos seus totalizadores.

8.5 Outros créditos a receber

Foram analisadas as contas que compreendem outros valores a receber não relacionados as atividades finalísticas da **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC**.

Sobre a composi o dos valores referentes a **“Rescisões de contratos de trabalho com saldos negativos que não foram recolhidos pelos ex-empregados”**, relacionadas as opera es rescisórias em que os descontos dos colaboradores acabam por ser maiores que os proventos dos funcionários, permanecem com os mesmos critérios contábeis apontados em auditoria anterior.

Ao aplicarmos novos testes nos saldos, reafirmamos nossa opinião, quanto as afirma es registradas em auditoria anterior, conforme evidenciado na Consolida o das Leis Trabalhistas (CLT artigo 47, parágrafo 5 ):

“Na extin o do contrato de trabalho, o empregador deverá proceder   anota o na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias no prazo e na forma estabelecidos neste artigo. (Reda o dada pela Lei n  13.467, de 2017)

*  5  - Qualquer compensa o no pagamento de que trata o parágrafo **anterior não poderá exceder o equivalente a um mês de remunera o do empregado.** (Reda o dada pela Lei n  5.584, de 26.6.1970)”*

Entende-se ainda, pela doutrina, que qualquer compensa o no pagamento da rescisão contratual não poderá exceder o equivalente a um mês de remunera o, desta forma a rescisão poderá como limite máximo ser zerada, porém jamais negativa, pois o empregado presta serviços pelos quais deve ser remunerado e não pagar por eles.

Nos casos aplicáveis ao funcionalismo público, deve-se analisar as causas de devolu o ao erário de valores pagos a maior.

Em ambos os casos, não   permitido fazer a requis o da devolu o direto no cáculo rescisório, mas deve ser solicitado por via judicial.

Pontuamos que as informa es financeiras não devem apenas representar fen menos relevantes, mas também representar de forma fidedigna a essência dos fen menos que pretendem representar, conforme item 2.12 e 4.20 da **NBC TG 00 (R2)**.

Como geralmente o colaborador não arca com os custos citados, não haverá aproveitamento econ mico do saldo dessas rescisões e por tanto não constituem valores a receber, sendo que a contabiliza o sugerida para a respectiva opera o   o reconhecimento no resultado em contrapartida de **Rescisões a pagar**, até o limite do valor da rescisão, sendo este saldo que seria remanescente da opera o, apenas passível de men o em Notas Explicativas.

Pontuamos, porém, que como os respectivos valores resultam de eventos passados, já que decorreram de pagamentos já realizados, e que sua existência será confirmada pela ocorrência ou não de eventos futuros incertos (decisão judicial ou requisiza o de devolu o) não totalmente sob controle da entidade (visto depender de decisão judicial e não de escolha da EBC), a entidade poderá registrá-los caso cumpram o critério mencionado na NBC TG 25:

*O ativo contingente   divulgado, como exigido pelo item 89, quando **for provável a entrada de benefícios econ micos.***

Em atendimento as recomenda es desta auditoria nos foi entregue o relatório elaborado por equipe de recursos humanos da **EBC**, contendo o grau de devolu o desses valores, para que se possa mensurar o nível de composi o do respectivo saldo, pois havíamos recomendado que fosse realizado pelo departamento jurídico da **EBC** a análise quanto a probabilidade de recebimento dos valores que já estejam em vias de processo de execu o.

Diante dessa documenta o em mãos, foi possível verificar que o saldo da conta contábil (113811700) em 30/09/2024 está relacionada a uma RCT negativa.

Em resposta institucional, a **EBC** informa que de acordo com a Coordena o de Pagamento - CPGTO, será recalculada a referida RCT, tendo em vista que de acordo a CLT, a RCT deve ter como limite máximo de desconto o valor correspondente as verbas rescisórias que o empregado tem direito. Dessa forma, a diferença que restar será judicializada, conforme orienta o da Auditoria Independente.

Outro ponto levantado por esta auditoria, foi a recomenda o a cerca dos valores que não foram judicializados, que a **EBC** demonstrasse neste trimestre, por meio de relatório elaborado por equipe de recursos humanos, o grau de devolu o desses valores, para que se possa mensurar o nível de composi o do respectivo saldo, recomenda o que foi prontamente atendida.

Diante o exposto, conseguimos validar a descri o das rubricas e os critérios técnicos apontados, restando apenas a EBC inscrever tais recursos em Notas Explicativas quando judicializados.

8.5.1 Cessão de Pessoal

Foram ainda analisadas as informa es correspondentes as constitui es de direito relacionado a rubrica de ressarcimentos devidos em fun o da cessão de empregados pela **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC** a outros órgãos da administra o pública e foram apresentados a esta auditoria os controles de créditos por cessão de pessoal até o mês de 09/2024, conforme   possível verificar logo abaixo:

ÓRGÃO REQUISITANTE	jul/24	ago/24	set/24
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DF	R\$ 7.563,57	R\$ 7.272,37	R\$ 7.563,42
INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUC. DA BAHIA - IRDEB	R\$ 17.065,60	R\$ 17.065,60	R\$ 17.761,82
SEC. DE EST. DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL - RN	R\$ 8.332,16	R\$ 8.332,16	R\$ 8.332,16
Total	R\$ 32.961,33	R\$ 32.670,13	R\$ 33.657,40
Débitos na conta	R\$ 32.670,13	R\$ 32.961,18	R\$ 33.657,40
Diferença	R\$ 291,20	-R\$ 291,05	R\$ 0,00

Como   possível observar, as contas estão devidamente conciliadas, sendo que a ocorrência das diferenças de saldos foram solucionadas já dentro do respectivo trimestre.

Pontuamos que obtivemos resposta a solicita o feita no último relatório, sobre a inscri o do débito na conta pelo valor de **R\$ 65.090,49** (sessenta e cinco mil, noventa reais e quarenta e nove centavos), o que diferia do valor apresentado no saldo dos controles apresentados a esta auditoria no valor de **R\$ 32.551,86** (trinta e dois mil, quinhentos e cinquenta e um reais e oitenta e seis centavos), em que foi possível verificar a reconcilia o da rubrica e o acerto dos saldos.

8.6 Estoques

Foram analisadas as contas que compreendem o valor dos bens adquiridos pela **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC** com o objetivo de venda ou utiliza o própria no curso normal de suas atividades.

Foram objeto dos trabalhos de auditoria, os mapas de controle de almoxarifado do período, através de técnica de amostragem sistemática, com a finalidade de verificar a correta classifica o dos códigos, se os valores dos itens estavam contingentes e não exuberantes, e as rela oes das quantidades de itens descritos, e constatamos que não foram encontradas divergências.

8.6.1 Almoxarifados e Outros Estoques

Durante a execu o dos procedimentos substantivos pautados pela análise das contas que compreendem o valor dos materiais destinados ao consumo interno da **EBC** e pela composi o dos relatórios analíticos de controle de Almoxarifado referente aos estados do Distrito Federal -DF, Rio de Janeiro -RJ e São Paulo - SP, verificamos que os relatórios funcionam na forma de Requisitos para Consumo por Centro Custo em reais e apresentam formalidades intr secas e extr secas de evidencia o do código dos produtos, sua descri o, unidade, quantidade, custo unitário e o custo total.

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - **MCASP**, no item 5.2 mensura oes de estoque e a **NBC TSP 04**:

Os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor, exceto:

*b. Os bens de almoxarifado, que devem ser mensurados pelo **preço médio ponderado das compras**, em conformidade com o inciso III do art. 106 da Lei n  4.320/1964.*

Desse modo,   possível concluir quanto adequa o dos critérios de evidencia o de inventário de estoque permanente.

8.7. Realizável a Longo Prazo

8.7.1 Clientes - Duplicatas a Receber

Foram analisadas as contas que compreendem os valores das faturas/duplicatas a receber decorrentes das vendas a prazo de mercadorias ou serviços que ocorram no curso normal das opera es, porém não recebíveis nesse período, representando um direito a cobrar de seus clientes, onde foi possível verificar que a conta basicamente registra esses valores a receber quando já se encontram em processo de a es judiciais pela **EBC**.

Ressalta-se que o objetivo desta rubrica   apresentar as informa es úteis aos usuários de demonstra es contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contratos com clientes e não mensurar provisões, passivos e ativos contingentes ou divulga o de informa o suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor de provisionamentos.

Devido ao fato de que a mensura o dessas estimativas sejam baseadas em relatórios das a es judiciais referentes aos processos que definem classifica o de riscos,   possível haver conflito de interpreta o de qual norma a **EBC** esteja seguindo.

  importante esclarecer a distin o de termos apresentados nas normas e diferenciar a estimativa de perdas dos termos relacionados a provisões e ativos contingentes.

- a) **Perdas estimadas:** Conta retificadora de um Ativo já existente a fim de evidenciar as  poss veis incertezas relacionadas a realiza o do ativo com contrato de cliente.
- b) **Ativo Contingente:** Ativo com possibilidade de realiza o incerta, que não deve ser escriturado, por depender de eventos futuros não totalmente sobre o controle da entidade.

Desse modo, esta auditoria realizou uma análise dos relatórios contendo os números de processos para verificar quais critérios técnicos aplicáveis.

Pontuamos que se o fato gerador analisado   a decisão proferida ou não da autoridade jurídica competente pelo reconhecimento do direito, então se deve utilizar com critério a **NBC TSP 03**, pois esse direito depende de fator que não está sobre o controle da entidade, mas se o fato gerador   o

reconhecimento do direito pela execução do serviço, mas que devido ao inadimplemento ocasionar dúvidas sobre o seu recebimento, então se deve usar a **NBC TG 47** como critério.

Sendo assim, a **EBC** passou a utilizar como critério de classificação de riscos apresentado na **NBC TSP 03** para mensurar as incertezas relacionados as receitas com contratos de clientes classificando-as como seus ativos contingentes.

Desse modo, para fins de mitigação de possíveis questionamentos ou dúvidas sobre a metodologia empregada havíamos recomendado que fosse divulgado em Nota Explicativa que os critérios de avaliação pela equipe jurídica focam na estimativa da **PECLD** e não na análise de realização do Ativo, pois do contrário, deveria ser utilizado a **NBC TSP 03** ao invés da **NBC TG 47**.

Conforme o disposto acima, a Nota 8.1 das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do 3º Trimestre de 2024 foi elaborada na forma sugerida.

Outro ponto abordado no trimestre anterior, foi nossa recomendação de que essas Notas Explicativas tragam um modelo exemplificativo do critério adotado de mensuração de **PECLD** pela avaliação de processos judiciais, como por exemplo, o modelo apresentado abaixo, mas que esteja de acordo com os manuais internos e legislações aplicáveis a **EBC**, conforme abaixo:

Reconhecer a estimativa de perda (PECLD)	Não estima PECLD, porém divulga a possibilidade em Nota Explicativa	Não estima PECLD e nem divulga em Nota Explicativa
O serviço foi prestado, o cliente se encontra inadimplente, a dívida já se encontra judicializada e a análise de risco pela equipe jurídica está classificada como provável o risco de não recebimento (não reconhecimento do direito).	O serviço foi prestado, o cliente se encontra inadimplente, a dívida já se encontra judicializada e a análise de risco pela equipe jurídica está classificada como possível, ou seja, não ocorreu o reconhecimento do direito pela autoridade competente e há fortes chances de que não seja.	O serviço foi prestado, o cliente se encontra inadimplente, a dívida ainda não se encontra judicializada. Utilizar nesse caso, outro critério para mensuração da PECLD .

Observação: tabela meramente sugestiva, cabe a EBC estipular os critérios de evidenciação.

No último relatório, em Resposta institucional, a **EBC** informa que evidenciaria no próximo trimestre essa forma sugerida e que as Notas Explicativas divulgassem expressamente o cumprimento da **NBC TG 47** em detrimento da **NBC TSP 03**, pois ainda que se utilize do critério de classificação de risco dessa, a essência econômica vincula-se a norma estabelecida daquela, para que não haja dúvidas sobre a norma técnica aplicável, e assim foi feito durante o 3º trimestre de 2024.

8.7.2 Depósitos para Interposi o de Recursos

Foram analisadas as contas que compreendem os valores efetuados pela **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC** para depósitos compulsórios para interposi o de recursos e demais recursos vinculados, realizáveis após os doze meses seguintes a data de publica o das demonstra es contábeis.

A **EBC** adota o modelo de escritura o preconizado pelo **MCASP**, pois tais Depósitos Bancários Vinculados não devem integrar o saldo das Disponibilidades, e sua classifica o no Balanço deve levar em conta suas características específicas e as restri es existentes, devendo ser classificadas em conta   parte no Ativo Circulante ou Realizável a Longo Prazo, na condi o de créditos e valores a receber

As Demonstra es evidenciam o montante no valor de **R\$ 50.156.489,98** (cinquenta milhões, cento e cinquenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos).

Pontuamos que tais contas devem estar correlacionadas as respectivas provisões no passivo, sendo que suas atualiza es ainda não devem influenciar no resultado da empresa, ou seja, realizando opera es permutativas, pela atualiza o do valor do depósito vinculado (Ativo) com as contas de provisão (Passivo).

- ❖ **Recomendamos** que a **EBC** Realize o controle desses valores na conta judicial informando em notas explicativas a corre o monetária e os rendimentos de juros do período para que haja completa evidencia o do saldo atualizado.

Em resposta institucional, a **EBC** informa que, segundo a Consultoria Jurídica, a mesma não possui acesso direto às informa es das contas judiciais vinculadas aos juízos, nas quais são realizados os depósitos judiciais. Após a efetiva o dos depósitos, as contas criadas são controladas exclusivamente pelo cartório de cada Vara do Trabalho, não havendo acesso às informa es de saldo bancário, inviabilizando a informa o sobre as atualiza es monetárias de cada depósito. Diante disso, a  rea Financeira da EBC realizou consulta ao Banco do Brasil, com vistas a verificar a possibilidade de obter extratos das contas judiciais em que a EBC realize depósitos judiciais e pagamento de execu o trabalhistas nesse banco. O Banco do Brasil informou

que   possível, no entanto, há que se firmar convênio entre a EBC e o Banco do Brasil, para termos acessos aos extratos dos depósitos judiciais. Estamos em tratativa com o Banco do Brasil para firmarmos o convênio. O mesmo procedimento será realizado com a Caixa Econ mica Federal para os depósitos e pagamentos de execu o efetuados nesse banco.

Diante o exposto,   possível concluir que a **EBC** está em processo de adequa o as recomenda es desta equipe de auditoria.

Além disso, também solicitamos para auditorias futuras, um inventário compondo os montantes depositados nessa rubrica onde nos foi apresentado um arquivo com a composi o dos montantes depositados na Conta Contábil 121210605 - Depósito Efetuado para Interposi o de Recursos, e foi possível verificar que estavam conciliados.

8.8 Investimentos

Foram analisadas as contas que compreendem as participa es permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manuten o da atividade da **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC**.

8.8.1 Participa es em Fundos

Essa rubrica visa evidenciar as participa es em fundos, mensuradas pelo método de custo de aquisi o no montante de **R\$ 57.261,10** (cinquenta e sete mil, duzentos e sessenta e um reais e dez centavos).

Baseados na **NBC TSP 31**, apresentamos a seguir, em resumo, os métodos de mensura o e escritura o aplicáveis a avalia o de instrumentos financeiros, tais quais, os fundos de investimento.

Método	Situa�o que ocorrem	Reconhecimento no balanço	Classifica�o	Forma	Objetivo	Impacto no Resultado
Custo amortizado	Investimentos mantidos até a data de vencimento	Custo + Atualiza�o dos juros	Ativo ou passivo financeiro	Juros simples ou compostos	Não calcula valor justo	Rendimento da opera�o
Valor justo por outros resultados abrangentes	Destinados � venda Futura	Valor mercado	Ativo financeiro	Juros simples ou compostos	Teste de recuperabilidade vai para o PL e não resultado	Rendimento da opera�o

Valor justo por meio do resultado	Destinados à negociação Imediata	Valor de mercado	Ativo financeiro	Valor justo – custo de aquisição	Não calcula os juros da operação	Valor justo
-----------------------------------	----------------------------------	------------------	------------------	----------------------------------	----------------------------------	-------------

Pontuamos que fundos extintos que não liquidaram seus respectivos pagamentos a seus beneficiários não se enquadram em quaisquer das situações mencionadas na norma, pois dependem da ação judicial requerendo a titularidade das quotas extintas para que sejam reconhecidos o direito, a exigibilidade do pagamento do devedor e o controle dos ganhos desse fundo, e desse modo, acabam por atender ao critério de um ativo contingente já mencionado neste relatório no item **8.7.1 Clientes - Duplicatas a Receber**, descrito na **NBC TSP 03 NBC TSP 03** (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes Provisões), e sendo assim:

- ❖ **Recomendamos** que a **EBC** realize análise técnica contida na **NBC TSP 31** e na **NBC TSP 03** sobre a escrituração de direitos que não estejam mais sobre o controle da empresa e que dependam do trânsito em julgado para que possa ser realizado o benefício econômico que se espera desse bem,
- ❖ **Recomendamos** que todos os ativos contingenciais sejam escriturados em contas de compensação para fins de controle dos valores, que podem vir impactar uma variação patrimonial da **EBC**.

Em resposta institucional, a **EBC** informa que será realizada consulta ao Jurídico quanto a probabilidade de recebimento desses valores e, se for o caso, com base na classificação do Jurídico, será submetida proposição de baixa contábil à Diretoria Executiva.

8.9 Ativo Imobilizado

Foram analisadas as contas patrimoniais que compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da **Empresa Brasil de Comunicação S.A – EBC** ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

8.9.1 Deprecia o acumulada

Foram revistos os critérios de cáculo que compõem a diminui o do valor dos elementos do ativo imobilizado, **bens móveis**, devido ao desgaste pelo uso, a o da natureza ou obsolescência pelo valor acumulado de **R\$ 292.232.181,82** (duzentos e noventa e dois milhões, duzentos e trinta e dois mil, cento e oitenta e um reais e oitenta e dois centavos), e nos **bens imóveis** pelo valor de **R\$ 13.100.488,39** (treze milhões, cento mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e nove centavos), destes, avaliamos o montante de **R\$ 8.862.020,02** (oito milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, vinte reais e dois centavos).

O saldo contábil líquido de **Bens Imóveis**, justificados na Nota Explicativa, estão contabilizados pelo valor de incorpora o dos bens recebidos da união e pelo custo de aquisi o, diminuídos da deprecia o acumulada pelo método linear, e são passivos de atesta o e verifica o.

Pontuamos que não foi objeto de testes os valores referentes a **R\$ 4.238.468,37** (quatro milhões, duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta e sete centavos) denominado no balancete na 1.2.3.8.1.06.00 amortiza o acumulada de bens imóveis, que será objeto de análise aprofundada no próximo trimestre.

8.9.2 Teste de Recuperabilidade

De acordo com a **NBC TSP 09** (Redu o ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa) e **NBC TSP 10** (Redu o ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa), foram analisados os valores de ajustes ao valor recuperável do imobilizado, quando esse   inferior ao valor líquido contábil.

A **EBC** informa que houve apropria o na conta do resultado advindo do teste de recuperabilidade (impairment test), aplicado por Empresa especializada por meio de seu Laudo de Avalia o referente ao ano de 2023 (**Processo/EBC 53400-002744/2023-17-e**) e que já se encontra realizando a contrata o para o inventário do ano de 2024.

Foi avaliado o último Laudo referente aos testes de recuperabilidade, o Laudo atribuiu o reconhecimento de perda a valor recuperável de ativo no montante de **R\$ 2.750.036,37** (dois milhões setecentos e cinquenta mil, trinta e seis reais e trinta e sete centavos), pois conforme a

NBC TG 01 Teste de Recuperabilidade, foi constatado que o valor recuperável (valor maior entre o que está em uso e o valor justo líquido de despesas de vendas) é menor do que o valor contábil do ativo, tal fato ocorreu ainda no exercício de **2023**, não sendo realizado no primeiro trimestre de 2024 qualquer reconhecimento de perda ou reversão desses valores.

Pontuamos que o montante que foi contabilizado corresponde ao valor de **R\$ 2.749.132,17** (dois milhões, setecentos e quarenta e nove mil, cento e trinta e dois reais e dezessete centavos) no último teste de recuperabilidade (impairment test) aplicado aos bens móveis no ano de 2023 em que foi aprovado pela Deliberação nº 117/2023, da Diretoria Executiva da EBC e Deliberação nº 52/2023 do Conselho de Administração da Empresa. O impacto no resultado contábil advindo do teste de recuperabilidade foi de **R\$ 730.398,38** (setecentos e trinta mil, trezentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos) gerado por uma variação patrimonial diminutiva (despesa).

Tais diferenças durante o período, possivelmente estão relacionadas a baixas de bens ou mudanças na composição do imobilizado.

Ressalta-se que os testes aplicados somente avaliaram os itens do imobilizado e que não identificamos ativos intangíveis não disponíveis para uso; ativos intangíveis com vida útil indefinida; ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwil) ou outros ativos com Indícios de desvalorização para que fossem também testados quanto ao seu valor recuperável.

8.10 Salários, Remunerações e benefícios

Foram analisadas as contas que compreendem as obrigações da **Empresa Brasil de Comunicação S.A – EBC** referente a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, tais como, as aposentadorias, as reformas, as pensões, os encargos a pagar, ou os demais benefícios assistenciais com vencimento no curto prazo.

Objetivamos realizar procedimentos substantivos para validação das apropriações no resultado das contas relacionadas a salários e remunerações, comparando o que foi lançado no Livro Razão com as folhas de pagamentos apresentadas.

Em conjunto com os valores relacionados, foram analisadas as folhas de pagamentos mensais e o resumo da folha de pagamento, esse procedimento se deu pelo cruzamento das informa es com os montantes evidenciados nos livros razões, conforme evidenciado a seguir:

Competência	Total de proventos	Total de descontos	Salário líquido	Créditos no Passivo	Diferença
jul/24	R\$ 27.846.360,43	R\$ 10.304.621,21	R\$ 17.541.739,22	R\$ 25.785.488,39	R\$ 8.243.749,17
ago/24	R\$ 27.942.668,17	R\$ 10.375.907,79	R\$ 17.566.760,38	R\$ 25.253.137,25	R\$ 7.686.376,87
set/24	R\$ 27.669.062,45	R\$ 10.385.031,50	R\$ 17.284.030,95	R\$ 25.013.805,62	R\$ 7.729.774,67
Total	R\$ 83.458.091,05	R\$ 31.065.560,50	R\$ 52.392.530,55	R\$ 76.052.431,26	R\$ 23.659.900,71

Pontuamos, porém, que no último trimestre não conseguimos compor a descri o da rubrica pelos valores apresentados, visto que o montante registrado em obriga es trabalhistas evidencia o montante de **R\$ 81.851.121,20** (oitenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, cento e vinte e um reais e vinte centavos) e o montante acumulado de pessoal a pagar   de **R\$ 57.839.013,19** (cinquenta e sete milhões, oitocentos e trinta e nove mil, treze reais e dezenove centavos).

E que neste trimestre, também não foi possível realiz -lo pela divergência líquida de **R\$ 23.659.900,71** (vinte e três milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, novecentos reais e setenta e um centavos).

Diante o exposto solicitamos a equipe de recursos humanos e em conjunto com a equipe de contabilidade que apresentem a composi o dos créditos constituídos nas rubricas do passivo relacionadas a essas obriga es.

Em resposta institucional, a EBC informa que a Gerência de Contabilidade está trabalhando na análise desta conta contábil junto a Gestão de Pessoas.

8.11 Obriga es tributárias

Essa auditoria objetou realizar procedimentos de auditoria dos saldos correspondentes as obriga es da **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC** com o governo relativas a impostos, taxas e contribui es com vencimento no curto prazo.

8.11.1 Imposto sobre circula o de mercadorias e serviços de transporte interestadual e intermunicipal – ICMS

Foram revistos os c culos apresentados pela **EBC** do **ICMS** pela  tica da não cumulatividade, ou seja, da apropria o, durante o ciclo das mercadorias, dos valores a recolherem abatidos dos créditos de montantes já recolhidos em momento anterior para repasse ao consumidor final do  nus tributário.

Os testes de auditoria visaram a realiza o do rec culo, para verifica o da aplica o na base de cáculo, das alíquotas aplicáveis no regime normal de tributa o, assim como a apropria o do Diferencial de Alíquotas - **DIFAL** incidente sobre a venda para outro estado, quando contribuinte ou não (inclusive consumidor final) do imposto, por meio da dedu o do valor obtido na Alíquota interestadual de dentro do valor obtido da Alíquota interna do destinatário, que se deve ao Estado do Destinatário (exceto quando não contribuinte).

Ressaltamos que os c culos se encontram em conformidade com o disposto na Lei Complementar n  87 (**Lei Kandir**), de 13 de setembro de 1996, e do Decreto 18955, de 22 de dezembro de 1997, referente ao Regulamento do **ICMS** do Distrito Federal.

Desse modo,   possível garantir com segurança razoável que os procedimentos fiscais de **ICMS** estão em conformidade com a legisla o aplicável.

8.11.2 Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN

Também foram revistas as opera es relativas   tributa o do imposto sobre serviços de qualquer natureza – **ISSQN** e as alíquotas aplicáveis conforme disposi o da **Lei Complementar N  116**, de 31 de junho de 2003, e o Decreto do Distrito Federal **N  44.560**, de maio de 2023, conforme   possível verificar abaixo:

Rec culo da apura o do ISSQN a recolher

ISSQN	Base de cáculo	Alíquota	Devido	A compensar	A recolher
Janeiro	R\$ 353.574,29	5%	R\$ 17.678,71	R\$ 12.034,52	R\$ 5.644,19
Fevereiro	R\$ 1.229.487,01	5%	R\$ 61.474,35	R\$ 46.899,91	R\$ 14.574,44
Mar�o	R\$ 1.523.450,14	5%	R\$ 76.172,51	R\$ 74.030,43	R\$ 2.142,08

Abril	R\$ 1.487.547,67	5%	R\$ 74.377,38	R\$ 73.264,72	R\$ 1.112,66
Mai	R\$ 2.619.767,89	5%	R\$ 130.988,39	R\$ 124.974,66	R\$ 6.013,73
Junho	R\$ 482.517,45	5%	R\$ 24.125,87	R\$ 21.823,52	R\$ 2.302,35
Julho	R\$ 541.887,64	5%	R\$ 27.094,38	R\$ 10.168,30	R\$ 16.926,08
Agosto	R\$ 2.025.745,63	5%	R\$ 101.287,28	R\$ 91.155,67	R\$ 10.131,61
Setembro	R\$ 507.967,41	5%	R\$ 25.398,37	R\$ 10.863,94	R\$ 14.534,43
Total	R\$ 10.771.945,13	5%	R\$ 538.597,26	R\$ 465.215,67	R\$ 73.381,59

Desse modo, é possível garantir com segurança razoável que os procedimentos fiscais de **ISSQN** estão em conformidade com a legislação aplicável.

8.11.3 PASEP e COFINS

Ainda foram revistas a apropriação dos valores devido ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - **PASEP** e os valores pagos para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – **COFINS** devidas pelas pessoas jurídicas e equiparadas pelo **Decreto Nº 9.580**, de 22 de novembro de 2018 (legislação do Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica).

A revisão nos cálculos desses tributos ocorreu primeiramente pela ótica da sistemática cumulativa de arrecadação, que possui alíquotas menores, porém, não permite direito a créditos tributários adquiridos durante a cadeia tributária, conforme é possível demonstrar a seguir:

Recalculo da apuração do PIS/PASEP e COFINS no regime cumulativo

PASEP/ COFINS	Base de cálculo	PASEP (%)	COFINS (%)	PASEP	COFINS	Total apurado	Compensado
Janeiro	R\$ 5.899,56	0,65%	3%	R\$ 38,35	R\$ 176,99	R\$ 215,33	R\$ 215,33
Fevereiro	R\$ 5.882.657,36	0,65%	3%	R\$ 38.237,27	R\$ 176.479,72	R\$ 214.716,99	R\$ 214.716,99
Março	R\$ 2.062.693,41	0,65%	3%	R\$ 13.407,51	R\$ 61.880,80	R\$ 75.288,31	R\$ 0,00
Abril	R\$ 229.517,61	0,65%	3%	R\$ 1.491,86	R\$ 6.885,53	R\$ 8.377,39	R\$ 0,00
Mai	R\$ 3.958.251,32	0,65%	3%	R\$ 25.728,63	R\$ 118.747,54	R\$ 144.476,17	R\$ 0,00
Junho	R\$ 968.821,59	0,65%	3%	R\$ 6.297,34	R\$ 29.064,65	R\$ 35.361,99	R\$ 0,00
Julho	R\$ 298.960,51	0,65%	3%	R\$ 1.943,24	R\$ 8.968,82	R\$ 10.912,06	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 21.678.741,09	0,65%	3%	R\$ 140.911,82	R\$ 650.362,23	R\$ 791.274,05	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 637.326,51	0,65%	3%	R\$ 4.142,62	R\$ 19.119,80	R\$ 23.262,42	R\$ 0,00
Total	R\$ 13.107.840,85	0,65%	3%	R\$ 85.200,97	R\$ 393.235,23	R\$ 478.436,19	R\$ 214.932,32

Em seguida, foram revistos os cálculos a que se referem a sistemática não cumulativa, que possuem alíquotas maiores, mas possuem direito ao crédito tributário a se compensar.

Recalculo da apuração do PIS/PASEP e COFINS regime não cumulativo

PIS/COFINS	Base de cálculo	PIS (%)	COFINS (%)	PASEP	COFINS	Crédito PASEP	Crédito COFINS	PASEP líquido	COFINS líquido	Total apurado PIS	Total apurado COFINS	Compensado (PIS)	Compensado (Cofins)	Total não cumulativo (PIS)	Total não cumulativo (COFINS)
janeiro	R\$ 367.497,47	1,65%	7,60%	R\$ 6.063,71	R\$ 27.929,81	R\$ 208,47	R\$ 960,23	R\$ 24.904,95	R\$ 144.198,58	R\$ 24.904,95	R\$ 144.198,58	R\$ 10.415,65	R\$ 66.869,20	R\$ 10.415,65	R\$ 77.329,38
	R\$ 2.930.725,11	0,65%	4,00%	R\$ 19.049,71	R\$ 117.229,00										
fevereiro	R\$ 657.137,72	1,65%	7,60%	R\$ 10.842,77	R\$ 49.942,47	R\$ 432,07	R\$ 1.990,12	R\$ 26.665,62	R\$ 147.982,63	R\$ 26.665,62	R\$ 147.982,63	R\$ 24.253,39	R\$ 111.938,92	R\$ 2.412,24	R\$ 36.043,71
	R\$ 2.500.757,06	0,65%	4,00%	R\$ 16.254,92	R\$ 100.030,28										
março	R\$ 1.445.855,86	1,65%	7,60%	R\$ 23.856,62	R\$ 109.885,05	R\$ 1.134,58	R\$ 5.225,96	R\$ 42.636,03	R\$ 227.206,71	R\$ 42.636,03	R\$ 227.206,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 56.043,55	R\$ 227.206,71
	R\$ 3.063.690,55	0,65%	4,00%	R\$ 19.913,99	R\$ 122.547,62										
abril	R\$ 1.495.744,86	1,65%	7,60%	R\$ 24.679,79	R\$ 113.676,61	R\$ 1.436,84	R\$ 6.618,18	R\$ 24.599,67	R\$ 115.407,50	R\$ 39.549,67	R\$ 115.407,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 41.041,55	R\$ 115.407,50
	R\$ 208.726,78	0,65%	4,00%	R\$ 1.356,72	R\$ 8.349,07										
maio	R\$ 845.659,82	1,65%	7,60%	R\$ 13.953,39	R\$ 64.270,15	R\$ 632,82	R\$ 2.914,83	R\$ 30.008,83	R\$ 164.052,34	R\$ 30.008,82	R\$ 164.052,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 55.737,47	R\$ 164.052,34
	R\$ 2.567.425,66	0,65%	4,00%	R\$ 16.688,27	R\$ 102.697,03										
junho	R\$ 476.608,66	1,65%	7,60%	R\$ 7.864,04	R\$ 36.222,26	R\$ 396,84	R\$ 1.827,86	R\$ 23.662,99	R\$ 134.060,81	R\$ 23.662,99	R\$ 134.060,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 29.960,34	R\$ 134.060,81
	R\$ 2.491.660,24	0,65%	4,00%	R\$ 16.195,79	R\$ 99.666,41										
julho	R\$ 483.054,44	0,65%	4,00%	R\$ 3.139,85	R\$ 19.322,18	R\$ 412,48	R\$ 1.899,91	R\$ 19.369,17	R\$ 119.833,33	R\$ 24.199,72	R\$ 137.223,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 26.142,98	R\$ 146.192,11
	R\$ 2.560.276,50	0,65%	4,00%	R\$ 16.641,80	R\$ 102.411,06										
agosto	R\$ 525.708,32	0,65%	4,00%	R\$ 3.417,10	R\$ 21.028,33	R\$ 289,74	R\$ 1.334,58	R\$ 20.101,99	R\$ 124.152,99	R\$ 25.359,08	R\$ 143.078,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 166.270,91	R\$ 793.440,74
	R\$ 2.611.480,99	0,65%	4,00%	R\$ 16.974,63	R\$ 104.459,24										
setembro	R\$ 515.843,44	0,65%	4,00%	R\$ 3.352,98	R\$ 20.633,74	R\$ 418,00	R\$ 19.225,32	R\$ 16.868,21	R\$ 87.151,33	R\$ 22.026,64	R\$ 123.021,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 26.169,27	R\$ 142.141,50
	R\$ 2.143.572,92	0,65%	4,00%	R\$ 13.933,22	R\$ 85.742,92										
Total	R\$ 27.891.426,40	0,65%	4,00%	R\$ 234.179,32	R\$ 1.306.043,21	R\$ 5.361,84	R\$ 41.996,99	R\$ 228.817,48	R\$ 1.264.046,22	R\$ 259.013,52	R\$ 1.336.232,07	R\$ 34.669,04	R\$ 178.808,12	R\$ 414.193,96	R\$ 1.835.874,80

Ressalta-se que foram verificadas as situações relativas a **COFINS** que resultam em alíquota diferenciada de 4% (Operações com Instituições financeiras, Empresas de seguro, Previdência privada, Capitalização e Securitização de créditos).

Ressalta-se que o **ICMS** não está mais na base de cálculo da **PASEP** e da **COFINS**.

Diante o exposto, é possível garantir com segurança razoável as operações relativas a estas contribuições para seguridade social e previdenciárias.

8.12 Provisões a curto prazo

Foi objeto dos trabalhos de auditoria a evidenciac o e valida o dos critérios contábeis dos montantes correspondentes aos passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo constituídos pela **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC**.

As provisões inscritas nessa rubrica se referem a fatos geradores relacionados ao pagamento de reclama es trabalhistas; ao pagamento de autua es fiscais e ao pagamento de indeniza es a fornecedores e clientes, cuja probabilidade encontra-se classificada como provável de ocorrência, enquanto as consideradas possíveis, apenas constam em men o em Nota Explicativa.

Por meio da revisão dos controles de processos disponibilizados pela EBC foi verificado a composi o dos processos judiciais a serem classificados como prováveis, possíveis e remotos, de acordo com os critérios contábeis contidas na **NBC TSP 03** (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes Provisões).

Além da confirma o de saldos, também foi confirmada a existência das respectivas a es citadas nestes relatórios por meio de consulta nos sites do Tribunal de justiça do Distrito Federal e Terr rios - **TJDFT**, do Tribunal Regional Federal da 1  Região – **TRF 1**, do Tribunal Regional Federal da 2  Região – **TRF 2** e do Tribunal Regional Federal da 3  Região – **TRF 3**.

Diante dos testes realizados e das conclusões obtidas, não foram encontradas divergências nas informa es prestadas a respeito das a es cíveis, trabalhistas e fiscais revisitadas, sendo assim, possível atestar com segurança razoável, que as opera es e classifica es cumprem com o critério técnico contábil aplicável.

8.14 Depósitos para Veículos dos Serviços de Publicidade Legal e Outros

Foram analisadas as rubricas que, segundo a **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC**, correspondem aos valores a serem repassados aos veículos de comunica o que executam os serviços de publicidade legal, devidos pela empresa em decorrência da sua condi o de agência de publicidade.

Pontuamos que os acréscimos ou redu oes nesta rubrica ocorrem em fun o do volume de pagamentos realizados pelos clientes dos produtos da empresa.

Para fins de aplica o de procedimentos de auditoria, foram revistos os saldos escriturados e em seguida revistos os montantes quantitativos das contidas no valor das ordens bancárias 2024 relativas a publicidade legal.

Pontuamos que para as próximas auditorias iremos consultar outras formas de aplicarmos testes de valida o qualitativa das informaçoes a fim de emitirmos conclusão quanto a segurança razoável da evidencia o do valor.

8.15 Transferências Financeiras a Comprovar - TED

A conta registra os recursos financeiros transferidos para **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC** via Termo de Execu o Descentralizada – TED.

De acordo com a nota explicativa 16.1 "Este TED foi firmado com a Agência Nacional de Cinema - ANCINE, em anos anteriores, e destinou-se   cobertura de serviços vinculados   produ o de conteúdos audiovisuais.

8.16 Obriga es a longo prazo (Contrato de Gestão n  17/2009)

Foi disponibilizado a esta auditoria o **Contrato de Gestão n  17/2009**, assim como seus 9 (nove) termos aditivos que compõem o saldo dessa rubrica.

Está registrado atualmente como uma obriga o a longo prazo o valor de **R\$ 7.000.000,00** (sete milhões de reais) encerrado em 31/12/2013, que não foi pago em decorrência de a o judicial movida pela **Empresa Brasil de Comunica o S.A – EBC** em desfavor da **ACERP**.

Pontuamos que o mesmo valor se encontra registrado desde o exercício financeiro do ano de 2023 sem qualquer critério de atualiza o para a mensura o desse valor, e que de acordo com o item **3. do MCASP**, são critérios de mensura o do passivo o preço presumido ou o custo de libera o.

O custo de libera o consiste no montante que corresponde   baixa imediata da obriga o, ou seja, ajustado a valor presente pelo montante que o credor aceitaria no cumprimento da sua demanda,

ou que terceiros cobrariam para aceitar a transferência do passivo do devedor, já o preço presumido   o montante que a entidade racionalmente aceitaria na troca pela assunção do passivo existente.

Ambos os métodos de mensuração visam registrar o passivo pelo seu real valor e sendo assim:

- ❖ **Recomendamos** que os passivos decorrentes de operações de longo prazo sejam atualizados pelo seu valor presente de liquidação, seja pelo critério do custo de liberação ou pelo preço presumido.
- ❖ **Recomendamos** que a **EBC** consulte a **ACERP** a respeito do montante que o credor aceitaria no cumprimento da sua demanda ou se há a possibilidade de outra entidade aceitar a troca pela assunção do passivo existente.

Em resposta institucional, a **EBC** informa que está analisando a melhor forma de evidenciar o referido passivo. "Realizaremos reunião com o Jurídico para tratarmos desse assunto, tendo em vista que existe a o judicial movida contra a **EBC** sobre esse débito".

Pontuamos que a **EBC** ao realizar tais consultas, não implica em aceitar qualquer das propostas executadas, mas poderá ter o entendimento sobre qual o real valor da obrigação na data de hoje.

9. Outros assuntos do Relatório de auditoria

Este   o parágrafo incluído no relatório do auditor que se refere a um assunto não apresentado ou não divulgado nas demonstrações contábeis e que, de acordo com o julgamento do auditor,   relevante para os usuários entenderem a auditoria, as responsabilidades do auditor ou o seu relatório.

9.1 Obrigações fiscais acessórias

Foram analisadas as obrigações acessórias que foram cumpridas junto   Receita Federal do Brasil -**RFB** e ao Governo do Distrito Federal – **GDF** referentes ao primeiro trimestre do ano de 2024 e não foi constatado qualquer divergência.

9.2 Conferência de reten es

Por amostragem, foram analisadas as reten es de impostos e recolhimento dos mesmos junto   Receita Federal do Brasil e outros órgãos competentes e não foi constatado nenhuma divergência.

9.3 Comparativo de Receitas

Foi avaliado o Relatório Comparativo de Receitas pela composi o do faturamento e o mesmo está de acordo com as exigências da **Lei 4.320/64** e conciliado com o Balancete de Verifica o em 30/09/2024.

9.4 Controles internos

Foram revistos os relatórios apresentados pela auditoria interna da entidade e não foram encontradas divergências com os achados de auditoria que foram identificados com os testes realizados pela auditoria externa e independente, deste modo,   possível haver assegura o razoável a respeito dos controles realizados pela **EBC**.

9.5 Atas das Assembleias

Foram lidas e analisadas todas as Atas encaminhadas em *Checklist*, a fim de validar as informa es referentes aos aspectos patrimoniais tratados nesse relatório.

9.6 Rela o Nominal de Servidores, Jovens Aprendizizes e Estagiários

A análise quanto ao não cumprimento dos indicadores mínimos de jovens aprendizizes e estagiários já foi apontado em auditorias anteriores, porém a **EBC** esclareceu que atualmente encontra-se limitada a cumprir tais percentuais pela impossibilidade de aplica o de concursos públicos, dessa forma, mantemos nosso apontamento quanto aos achados, mas não evidenciaremos tais recomenda es para os próximos relatórios, visto a incapacidade da Entidade quanto ao cumprimento dessa recomenda o.

9.7 Incorpora es de Bens

Foram revistas as rela es de bens a serem incorporados que compõem o saldo da rubrica que compreende a contrapartida da incorpora o de novos ativos advindos de subven es referentes a

contratos de gestão, além disso, não foram encontradas distorções relevantes a respeito desse tema na data corte dos trabalhos de auditoria em 30/09/2024.

9.8 Parcelamentos contraídos

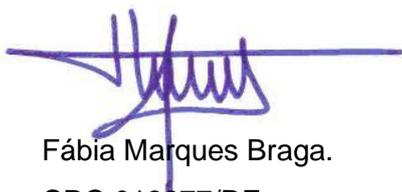
De acordo com o **Ofício N  36/2024** da **CXOFC** a EBC não possui débitos parcelados referentes ao 3  trimestre do ano de 2024.

9.9 Ativos mantidos para venda ou propriedades para investimento

A **EBC** informa que não possui para o período referente ao primeiro trimestre de 2024 ativos mantidos para vendas ou propriedades para investimentos, por tanto, todos os seus imóveis estão sendo utilizado para sua atividade operacional em seu imobilizado.

10. Encerramento

Considerando as evidências obtidas e os procedimentos executados e tudo mais que foi explanado neste Relatório,   possível concluir que as Informações Contábeis auditadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das **Demonstrações Contábeis da Empresa Brasil de Comunicação S.A - EBC** em 30 de junho de 2024, assim como, o desempenho de suas operações para o período findo nesta data, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a **Lei No 6.404**, de 16 de dezembro de 1976 (lei das sociedades por ações), da **Lei No 4.320** (Normas gerais de direito financeiro), de 17 de março de 1964; das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – **NBC TSP**; e do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – **MCASP**.



F bia Marques Braga.

CRC 013977/DF.

Metrópole Soluções Governamentais.

CRC: 001279/ CRA: 1737/ CREA: 16031



José Marcos Mota Bezerra Júnior.

CRC DF- 028585/O-8.

Metrópole Soluções Governamentais.

Responsável Técnica: Fábيا Marques Braga – CRC 013977/DF – Auditora registrada no IBRACON
– Instituto dos Auditores Independentes do Brasil sob número 5217 – COMPLIANCE FGV.